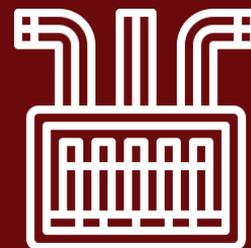


Parecer de Segunda Opinião

Green Finance Framework do Grupo Neoenergia



SITAWI Finanças do Bem
Rua Voluntários da Pátria, 301/301 – Botafogo
22270-003 – Rio de Janeiro/RJ
contact@sitawi.net | +55 (21) 2247-1136

16 de dezembro de 2020

 **SITAWI**
FINANÇASdoBEM

Sobre a SITAWI

A SITAWI é uma organização brasileira que mobiliza capital para impacto socioambiental positivo. Desenvolvemos soluções financeiras para impacto social e assessoramos o setor financeiro a incorporar questões socioambientais na estratégia, gestão de riscos e avaliação de investimentos. Somos uma das quatro melhores casas de pesquisa socioambiental para investidores de acordo com o Extel Independent Research in Responsible Investment – IRRRI 2019 – e a primeira organização brasileira a avaliar títulos verdes.

Sumário

I. Escopo	2
II. Opinião.....	3
III. Análise do Framework	5
IV. Performance ASG da Neoenergia	15
Método	25
External Review Form Green Bond/Loan Principles	28

I. Escopo

O objetivo deste Parecer é prover uma opinião independente sobre o alinhamento do Green Finance Framework do Grupo Neoenergia às melhores práticas internacionais de emissão de títulos verdes e captação de empréstimos verdes. Os recursos obtidos com futuras emissões e empréstimos rotulados como verdes serão utilizados para gastos futuros, reembolsos e/ou refinanciamentos de investimentos realizados em projetos de geração de energia solar e eólica, transmissão de energia e distribuição de energia.

A SITAWI utilizou seu método proprietário de avaliação, que está alinhado com os *Green Bond Principles* (GBP)¹, os *Green Loan Principles* (GLP)², os Padrões de Desempenho da *International Finance Corporation (IFC)*³, a Publicação Não Perca Esse Bond (SITAWI, 2018), os Climate Bonds Standards, a Taxonomia de Finanças Sustentáveis da União Europeia⁴ e outros padrões de sustentabilidade reconhecidos internacionalmente.

A opinião da SITAWI é baseada em:

- Análise da coerência do Green Finance Framework e da estratégia de sustentabilidade da empresa;
- Análise do alinhamento do Framework com os Green Bond Principles e Green Loan Principles, Climate Bonds Taxonomy e outros padrões de sustentabilidade e climáticos;
- Desempenho ASG⁵ corporativo do Grupo Neoenergia.

A análise utilizou informações e documentos fornecidos pelo Grupo Neoenergia, alguns de caráter confidencial, pesquisa de mesa e entrevistas com equipes de sustentabilidade e operações. Esse processo foi realizado de setembro a dezembro de 2020.

A SITAWI teve acesso a todos os documentos e pessoas solicitadas, podendo assim prover uma opinião com nível razoável de asseguarção em relação a completude, precisão e confiabilidade.

¹ <https://www.icmagroup.org/assets/documents/Regulatory/Green-Bonds/June-2018/Green-Bond-Principles---June-2018-140618-WEB.pdf>

² https://www.lma.eu.com/application/files/9115/4452/5458/741_LM_Green_Loan_Principles_Booklet_V8.pdf

³ https://www.ifc.org/wps/wcm/connect/Topics_Ext_Content/IFC_External_Corporate_Site/Sustainability-At-IFC/Policies-Standards/Performance-Standards

⁴ https://ec.europa.eu/knowledge4policy/publication/sustainable-finance-teg-final-report-eu-taxonomy_en

⁵ Ambiental, Social e Governança. Do inglês ESG – Environmental, Social and Governance

II. Opinião

A SITAWI confirma que o Green Finance Framework do Grupo Neoenergia está alinhado aos *Green Bond Principles* (GBP), *Green Loan Principles* (GLP) e boas práticas para emissão de títulos verdes e captação de empréstimos verdes. As categorias de projetos elencados no Framework possuem contribuições positivas para o desenvolvimento sustentável e para a transição para uma economia de baixo carbono. Também consideramos que as categorias e projetos subjacentes estão alinhados à estratégia de sustentabilidade do Grupo Neoenergia. Essa conclusão é baseada nas duas análises a seguir:

Framework (seção III)

- a) As categorias de projetos definidos no Framework possuem claras externalidades ambientais positivas, compatíveis com os GBP e GLP, e incluem projetos de geração de energia renovável, nomeadamente solar e eólica; transmissão de energia, aumentando a disponibilidade do Sistema Interligado Nacional (SIN) para energia renovável; e distribuição de energia, aumentando a compra de energia renovável. Todos os recursos das emissões e empréstimos verdes que se originarem do Framework serão direcionados para reembolsos, gastos futuros e/ou refinanciamento de projetos dentro das categorias citadas acima.
- b) A governança do processo para avaliação e seleção dos projetos é clara e transparente: existe um comitê interno multidisciplinar, formado por representantes das áreas de governança, sustentabilidade, meio ambiente, Instituto Neoenergia, compliance, engenharia e finanças corporativas. Este será responsável por verificar a conformidade dos projetos com critérios de elegibilidade e exclusão estabelecidos no Framework. Este comitê também irá verificar se os ativos elegíveis apresentam conformidade com requisitos regulatórios ambientais e sociais. A empresa definiu critérios mínimos claros para garantir que os projetos financiados sejam elegíveis, assim como se comprometeu a contar com avaliação externa adicional para cada operação de dívida rotulada como verde. Além disso, os projetos definidos no Framework estão alinhados à estratégia de sustentabilidade do Grupo Neoenergia.
- c) Futuras emissões de títulos e empréstimos verdes da empresa podem ser realizadas pela holding ou subsidiárias. A soma dos recursos de dívidas verdes (futuras ou passadas) alocadas em cada projeto não superará o CAPEX total dos mesmos. Os recursos serão gerenciados pela Superintendência Financeira do Grupo Neoenergia, até sua alocação nos projetos descritos e definidos nos contratos de dívida, em até 36 meses após a data de contratação de cada nova dívida. Adicionalmente, o grupo se compromete a não manter os recursos não alocados nos projetos em instrumentos de financeiros que visem financiamentos em atividades intensivas de carbono e prejudiciais ao clima.
- d) A empresa se compromete a reportar anualmente em seu relatório de sustentabilidade para os investidores de cada emissão: a) o volume de recursos alocados nos projetos por categoria elegível dos GBP e GLP; b) indicadores de impacto para os projetos financiados por cada emissão. Além disso, este Parecer e o Framework estarão disponíveis no site da empresa.

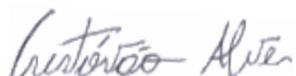
Empresa (seção IV)

- a) O Grupo Neoenergia possui uma performance ASG confortável, com desempenho confortável nas dimensões ambiental, social e governança;
- b) Foram identificadas controvérsias ASG no histórico recente da empresa, que demonstrou responsividade adequada;
- c) Dessa maneira, consideramos a empresa apta a gerir e mitigar riscos ASG de seu portfólio.

Equipe técnica responsável



Isabela Coutinho
Analista
icoutinho@sitawi.net



Cristóvão Alves
Gerente de Pesquisa e
Avaliação
calves@sitawi.net



Gustavo Pimentel
Diretor Executivo
gpimentel@sitawi.net

Rio de Janeiro, 16/12/2020

Declaração de Responsabilidade

A SITAWI não é acionista, investida, cliente ou fornecedora da Grupo Neoenergia ou de suas subsidiárias. A SITAWI foi responsável por Pareceres de Segunda Opinião das emissões verdes anteriores do Grupo. A SITAWI está conduzindo um outro projeto de estratégia ASG para uma subsidiária do Grupo. Para mitigar o potencial conflito de interesse e garantir objetividade e isenção, os profissionais responsáveis por este Parecer não se envolvem no projeto de estratégia ASG da subsidiária e vice-versa. Dessa forma, a SITAWI declara estar apta a emitir um Parecer de Segunda Opinião alinhado aos Green Bond Principles e aos Green Loan Principles.

As análises contidas nesse parecer são baseadas em uma série de documentos, parte destes confidenciais, fornecidos pela Emissora. Não podemos atestar pela completude, exatidão ou até mesmo veracidade destes. Portanto, a SITAWI⁶ não se responsabiliza pelo uso das informações contidas nesse parecer.

ISSO NÃO É UMA RECOMENDAÇÃO

Frisamos que todas as avaliações e opiniões indicadas nesse relatório não constituem uma recomendação de investimento e não devem ser consideradas para atestar a rentabilidade ou liquidez dos papéis.

⁶ A responsável final por esse relatório é a KOAN Finanças Sustentáveis Ltda., que opera sob o nome fantasia de SITAWI Finanças do Bem

III. Análise do Framework

A SITAWI utilizou seu método proprietário de avaliação, que está alinhado aos *Green Bond Principles* (GBP) e *Green Loan Principles* (GLP). Os princípios auxiliam o mercado a compreender os pontos chave de um produto financeiro e como ele se caracteriza como Verde. Mais detalhes sobre os princípios podem ser encontrados na seção “Método”.

A aderência aos GBP e GLP, embora seja um processo voluntário, sinaliza aos investidores e outros agentes de mercado que o Framework está alinhado a padrões adequados de desempenho em sustentabilidade e transparência.

De forma a garantir que os projetos identificados no Framework estivessem aderentes às melhores práticas de mercado, avaliamos suas contribuições ambientais e climáticas utilizando também as seguintes referências:

- Não Perca Esse Bond (SITAWI, 2018)⁷
- Green Project Mapping (ICMA⁸, 2019)⁹
- Climate Bonds Taxonomy¹⁰
- Climate Bonds Standard & Certification Scheme: Sector Criteria for Solar - version 2.1 (CBI¹¹, 2019)¹²
- Wind Sector Eligibility Criteria of the Climate Bonds Standard – version 1.1 (CBI, 2017)¹³
- Taxonomia de Finanças Sustentáveis da União Europeia¹⁴

Uso dos Recursos

O Grupo Neoenergia definiu a categoria Energia Renovável como elegível aos recursos captados através do Framework, conforme a Tabela 1.

Tabela 1 - Categoria dos projetos definidos no Framework de Títulos e Empréstimos Verdes

Categoria GBP/GLP	Descrição geral	Exemplos e detalhamento dos projetos
Energia renovável	Energia solar	Implementação de projetos de geração de energia solar fotovoltaica, onshore ou offshore
	Energia eólica	Implementação de projetos de geração de energia eólica, onshore ou offshore
	Distribuição de energia	Implementação de redes elétricas de distribuição e subestações, incluindo projetos de expansão, melhoria e renovação da rede, incluído no âmbito de seu Plano de Desenvolvimento da Distribuição (PDD)
	Transmissão de energia	Implementação de projetos de transmissão de energia

A categoria de ‘energia renovável’ dos GBP e GLP é considerada pelo *Green Project Mapping* da *International Market Capital Association* (ICMA) como primária para

⁷ <http://info.sitawi.net/naopercaessebond>

⁸ International Capital Market Association

⁹ <https://www.icmagroup.org/assets/documents/Regulatory/Green-Bonds/June-2019/Green-Projects-Mapping-Documents-100619.pdf>

¹⁰ https://www.climatebonds.net/files/files/CBI_Taxonomy_Tables_January_20.pdf

¹¹ Climate Bonds Initiative

¹² https://www.climatebonds.net/files/files/Sector%20Criteria%20-%20Solar%20v2_1.pdf

¹³ <https://www.climatebonds.net/files/files/Sector%20Criteria%20-%20Wind.pdf>

¹⁴ https://ec.europa.eu/knowledge4policy/publication/sustainable-finance-teg-final-report-eu-taxonomy_en

mitigação das mudanças climáticas e terciária para a conservação de recursos naturais e para a prevenção e controle de poluição.

Energia Solar e Eólica

Os GBP e os GLP reconhecem explicitamente a energia renovável proveniente de fonte eólica e solar fotovoltaica como categorias de projeto elegível para caracterização como Título Verde. Adicionalmente, a *Climate Bonds Taxonomy* provê definições gerais para emissoras sobre quais tipos de projetos estariam aptos a receber a titulação verde. A categoria de projetos relacionados às energias eólica e fotovoltaica estão incluídas nas definições da *Climate Bonds Taxonomy*, englobando as seguintes atividades:

- Desenvolvimento, construção e operação de complexos eólicos onshore e offshore;
- Infraestrutura de transmissão de interesse restrito associada a complexos eólicos;
- Desenvolvimento, construção e operação de plantas de geração de eletricidade fotovoltaica onshore e offshore;
- Infraestrutura de transmissão totalmente dedicada a complexos solares.

De acordo com SITAWI (2018), os ciclos de vida da energia eólica e da energia solar apresentam reduções nas emissões de gases do efeito estufa (GEE) superiores a 90% quando comparadas com fontes tradicionais como termelétricas a combustíveis fósseis no Brasil. Além disso, os setores podem contribuir para as metas brasileiras para o acordo de Paris, das quais:

- Expandir o uso de fontes renováveis na matriz, além da energia hídrica, para cerca de 28% a 33% até 2030;
- Expandir o uso doméstico de fontes de energia não fóssil, aumentando a parcela de energias renováveis (além da energia hídrica) no fornecimento de energia elétrica para ao menos 23% até 2030, inclusive pelo aumento da participação de eólica, biomassa e solar.

Distribuição de Energia

A Taxonomia da *Climate Bonds Initiative* determina que projetos de distribuição de energia são compatíveis com a trajetória de descarbonização para manter o aquecimento global abaixo dos 2º C, definida na COP21, mediante atendimento ao indicador de que a infraestrutura suporta a integração de fontes renováveis ou sistemas de eficiência energética e seu balanceamento de carga.

Ademais, a publicação “Não Perca Esse Bond” enquadra projetos de distribuição de energia elétrica como capazes de gerar reduções em emissões de até 20% ao longo do seu ciclo de vida, dado que os sistemas de distribuição são responsáveis por conectar a rede de transmissão aos consumidores finais, sendo elementos importantes para garantir que as energias renováveis alcancem de maneira segura os usuários.

No cenário nacional, as distribuidoras de energia compram a energia a ser distribuída diretamente de geradoras e comercializadoras. Dessa forma, é possível fazer uma conexão direta entre a energia gerada e distribuída, sendo possível identificar as origens da energia adquirida, e classificá-las como renováveis ou não renováveis para a avaliação do sistema. Além disso, investimentos nos sistemas de distribuição podem levar a redução de perdas e aumento da eficiência energética.

Ademais, a taxonomia de finanças sustentáveis da União Europeia considera a distribuição de energia como substancial para a mitigação e adaptação a mudanças climáticas.

Transmissão de Energia

Diversos padrões nacionais e internacionais reconhecem que a transmissão de energia renovável é uma categoria elegível a emissão de títulos verdes, a saber:

- Os *Green Bond Principles* (GBP) incluem como projetos verdes elegíveis aqueles que suportem a energia renovável, incluindo os de transmissão;
- A Taxonomia da *Climate Bonds Initiative* determina que projetos de transmissão de energia também são automaticamente compatíveis com a trajetória de descarbonização para manter o aquecimento global abaixo dos 2º C, definida na COP21, mediante atendimento ao indicador de que a infraestrutura suporta a integração de fontes renováveis ou sistemas de eficiência energética e seu balanceamento de carga;
- A publicação “Não Perca Esse Bond” enquadra projetos de transmissão de energia elétrica não dedicados a energia renovável como capazes de gerar reduções em emissões de até 20% ao longo do seu ciclo de vida, dado que são elementos fundamentais para dar estabilidade ao sistema elétrico brasileiro, com grande participação de energia renováveis que são, por natureza, intermitentes e interdependes. A publicação também indica que o aumento da participação de energia renovável no Sistema Interligado Nacional (SIN) deve ser acompanhado pela ampliação de sistemas de transmissão para redução de perdas e congestionamentos, bem como para garantia de escoamento e segurança energética.
- A taxonomia de finanças sustentáveis da União Europeia considera a transmissão de energia como substancial para a mitigação e adaptação a mudanças climáticas.

No cenário brasileiro, as linhas de transmissão contribuem para o escoamento e transmissão de energia renovável no SIN, de modo que se enquadra como categoria elegível a receber recursos de Títulos Verdes. Além disso, contribuem para a redução de perdas e aumento da confiabilidade e segurança do sistema. Porém, pela característica do SIN, não é possível garantir que linhas de transmissão específicas transmitem exclusivamente energia de fontes renováveis.

Para respaldar a tese de que os sistemas de transmissão darão suporte ao escoamento de energia renovável, alguns argumentos são listados a seguir:

- Fontes de energia renovável não convencionais, tais como fotovoltaica e eólica, são, por sua natureza física, intermitentes. Por esta razão, possuem alta interdependência entre si e com fontes convencionais. Neste sentido, a expansão da matriz elétrica renovável do Brasil depende da melhoria na infraestrutura de transmissão de energia, para permitir o escoamento de energia renovável não convencional e garantir segurança energética com o crescimento dessas fontes. Esse aspecto é ratificado pelo estudo “Transição da indústria de energia, aqui e agora” (Power-Industry Transition, Here and Now) do Instituto de Análise Econômica e Financeira de Energia (Institute for Energy Economics and Financial Analysis - IEEFA). Esse estudo mostra que alguns países que possuem em sua matriz elétrica um volume significativo de energia eólica e solar, não sofrem com interrupções por terem um sistema de transmissão robusto. Nesse sentido, o estudo destaca que, para integrar energias renováveis à rede, é fundamental o investimento em transmissão para reduzir perdas e congestionamentos¹⁵;

¹⁵ Em março de 2019, cerca de 17% da energia elétrica transmitida no SIN foi originada de fontes não renováveis (carvão, gás natural, derivados de petróleo e nuclear).

- O International Development Finance Club (IDFC), associação formada pelos principais bancos de desenvolvimento do mundo, reconhecem linhas de transmissão para energia renovável como investimentos elegíveis dentro de seus *Common Principles for Climate Mitigation Finance Tracking*¹⁶;
- De acordo com a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), entre dezembro de 2012 e março de 2019, a capacidade instalada das usinas eólicas, solares, a biomassa e pequenas centrais hidroelétricas (PCH) cresceu 133%, aumentando a participação na matriz elétrica nacional de 13% para 22%¹⁷. Existe a perspectiva de que o volume de energia renovável siga crescendo. De acordo com o Plano Decenal de Expansão de Energia, é esperado que, em 2027, a geração de eletricidade, nessas mesmas fontes, represente 29% da matriz elétrica brasileira. Isso significa uma expansão de 52% da capacidade instalada de fontes renováveis alternativas, frente a expansão de 21% na capacidade do Sistema Interligado Nacional (SIN)¹⁸;
- As linhas de transmissão do Grupo Neoenergia integrarão o SIN, um dos maiores sistemas de geração e transmissão de energia do mundo e composto majoritariamente por fontes com baixa emissão de gases de efeito estufa (ex. hidrelétricas). Em 2018, o SIN teve um fator de emissão de 71,39 kgCO₂eq/MWh contra 670,33 kgCO₂eq/MWh dos sistemas isolados no Brasil, este último composto majoritariamente por fontes térmicas. O melhor aproveitamento do potencial de energia limpa do SIN depende da eficiência e qualidade da infraestrutura de transmissão¹⁹;
- Fontes renováveis não convencionais tendem a ser menos utility-scale e mais distribuídas. Neste sentido, a expansão do sistema de transmissão é importante para permitir a integração de fontes mais distribuídas e intermitentes no sistema.

Dessa forma, consideramos que as categorias e os projetos elencados no Framework contribuirão para seus objetivos ambientais na geração, transmissão e distribuição de energia renovável, tendo elegibilidade para serem caracterizados como Verdes.

Processo de avaliação e seleção de projetos

O Grupo Neoenergia é uma *holding* do setor elétrico com atuação em geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia. Um dos valores da empresa é “Buscar ser sempre um modelo de inspiração, criando valor econômico, social e de meio ambiente em toda nossa volta e pensando no futuro”. Dessa forma, os projetos definidos no Framework estão alinhados à estratégia de sustentabilidade da empresa.

A avaliação e seleção de projetos elegíveis a rotulagem verde será realizada pelo Grupo Neoenergia através de comitê multidisciplinar criado especificamente para esse fim. Este tem como objetivo a análise ASG do empreendimento e de seus benefícios ambientais, seu enquadramento como prioritário no Ministério competente, cálculo de emissões de GEE evitadas (se aplicável), contribuição aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), das propostas de instrumento de financiamento verde, e a capacidade de supervisionar a alocação dos recursos captados pelo

¹⁶ Em março de 2019, cerca de 17% da energia elétrica transmitida no SIN foi originada de fontes não renováveis (carvão, gás natural, derivados de petróleo e nuclear).

¹⁷ ANEEL - Informações Gerenciais de Março de 2019 (<https://www.aneel.gov.br/documents/656877/14854008/Boletim+de+Informa%C3%A7%C3%B5es+Gerenciais+-+1%C2%BA+trimestre+de+2019/b860054f-79ec-6608-951a-fb2288701434>) e Dezembro de 2012 (http://www2.aneel.gov.br/arquivos/PDF/Z_IG_Dez12.pdf).

¹⁸ Plano Decenal de Expansão de Energia 2027 (https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/Documents/PDE%202027_ aprovado_OFICIAL.pdf).

¹⁹ Anuário Estatístico de Energia Elétrica 2019, https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/Arquivos/publicacao-160/topico-168/Anu%C3%A1rio_2019_WEB_alterado.pdf

instrumento de dívida. O Comitê verificará a conformidade do projeto com os seguintes aspectos:

- Contribuição ao combate às mudanças climáticas
- Processo de licenciamento ambiental e demais autorizações necessárias
- Questões fundiárias
- Preservação da biodiversidade
- Saúde e segurança do trabalho e da comunidade
- Desenvolvimento regional
- Promoção da mão de obra local
- Relacionamento com a população atingida
- Programas sociais
- Políticas anticorrupção
- Ética e integridade
- Direitos humanos
- Propósitos e valores
- Transparência

Além dos critérios gerais, foram estabelecidos critérios de elegibilidade e exclusão específicos para projetos de transmissão e distribuição. Para transmissão, são eles:

Tabela 2 – Critérios de elegibilidade e exclusão estabelecidos para projetos de transmissão

Transmissão	
Elegibilidade	Exclusão
<ol style="list-style-type: none"> 1. Projetos de linhas de transmissão e/ou ativos de transmissão do SIN (Sistema Interligado Nacional); 2. Os projetos potencialmente elegíveis precisam ser recentes, com entrada em operação em até 24 meses antes da emissão, ou após a emissão; 3. Existência de usuários verdes²⁰ do projeto de transmissão; 4. Projetos de linhas de transmissão e/ou ativos de transmissão que conectam sistemas isolados ao SIN; 5. Projetos de infraestrutura relacionada (transformadores, subestações, reforços para aumento de capacidade de transmissão ou aumento da vida útil, e outros), quando conectados a linhas de transmissão que cumpram com os critérios de elegibilidade 1 a 4. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Projetos com conexão direta ou expansão de conexão direta existente entre uma usina geradora que emita mais que 100 gCO₂e/kWh (como termelétricas a combustíveis fósseis e hidrelétricas com baixa densidade energética) e uma subestação ou a rede em si, exceto quando para a conexão de um sistema isolado ao SIN; 2. Empreendimentos diretamente conectados ou que tenham como objetivos principais o escoamento de energia advinda de usinas geradoras, como por exemplo UHE Santo Antônio, UHE Jirau, UHE Belo Monte, UHE Sinop, UHE Balbina, UHE Cachoeira Caldeirão, Usina Nuclear de Angra dos Reis, ou outras cuja construção e/ou operação tenha envolvido controvérsias socioambientais severas, como reassentamento involuntário expressivo, danos ao meio ambiente, protesto de comunidades tradicionais, condenações por irregularidades e/ou acusações de corrupção e superfaturamento, etc.; 3. OPEX.

²⁰ Número de usuários do sistema que geram energia renovável não convencional, considerando energia eólica, solar, pequenas centrais hidrelétricas e térmicas a biomassa

Em relação aos critérios estabelecidos para projetos de transmissão, a empresa não definiu critério de elegibilidade indicando fator máximo de emissões dos sistemas nos quais as linhas estarão inseridas. Porém, o primeiro critério de exclusão é compatível com a definição da Taxonomia de Finanças Sustentáveis da União Europeia (UE) para sistemas de transmissão em trajetória de descarbonização total, sendo elegíveis no âmbito de finanças sustentáveis. Em termos práticos, de acordo com esses critérios, LTs conectadas ao Sistema Interligado Nacional (SIN) seriam potencialmente elegíveis, dado que o sistema tem fator de emissões em trajetória de redução e abaixo de 100 gCO₂e/kWh a partir de 2015 (Tabela 3), fato que também está em linha com o primeiro critério de elegibilidade estabelecido. A compatibilidade com o fator de emissões máximo da Taxonomia de Finanças Sustentáveis da UE será verificada em avaliações externas a serem realizadas para cada dívida contratada.

Tabela 3 – Fator de emissões do SIN e de sistemas isolados (2015-2019)

Fator de emissões (gCO ₂ /kWh)	SIN	Sistemas Isolados
2015	149,2	1.257,1
2016	98,9	816,3
2017	92,8	380,2
2018	71,4	687,5
2019	72,4	1.601,1

Fonte: EPE (2020)²¹

Já o segundo critério de elegibilidade estabelecido para transmissão está alinhado com a boa prática de rotulagem verde apenas de projetos novos e/ou recentes (dos últimos 24 meses). O terceiro critério de exclusão elimina projetos não relacionados a despesas de capital de projetos (CAPEX).

O terceiro critério de elegibilidade estabelecido visa verificar a efetividade do aumento de disponibilidade para energias renováveis de fato trazido pelo projeto, uma das bases da tese de adicionalidade ambiental e climática de projetos de transmissão.

O quarto critério de elegibilidade estabelecido foca em tornar potencialmente elegíveis projetos com adicionalidade climática por conta de reduções potenciais de emissões de GEE. Projetos de conexão entre sistemas isolados e o SIN são justificados por reduzirem de maneira expressiva as emissões de GEE do sub-sistema. (Tabela 3).

O primeiro e segundo critérios de exclusão também eliminam projetos que poderiam ser considerados elegíveis pelos demais critérios estabelecidos, mas que possuam outras externalidades negativas, como transmissão de energia direta de unidades geradoras controversas que tenham impactos ambientais e sociais negativos envolvendo sua construção e operação, e o terceiro critério de exclusão elimina a elegibilidade de projetos relacionados a OPEX.

Por fim, para projetos de infraestrutura relacionada a LTs, todos os critérios mencionados são válidos, e estes são verificados a partir das LTs para os quais esses projetos estejam conectados/sejam dedicados.

Para os projetos de distribuição, foram estabelecidos os critérios abaixo:

Tabela 4 – Critérios de elegibilidade e exclusão estabelecidos para projetos de distribuição

Distribuição	
Elegibilidade	Exclusão

²¹ Disponível em: <https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-160/topico-168/Anu%C3%A1rio%20Estat%C3%ADstico%20de%20Energia%20El%C3%A9trica%202020.pdf>

<ol style="list-style-type: none"> 1. Investimentos de capital em <i>Smart Grids</i> (automatização e adoção de recursos de TI para sistemas de distribuição de energia); 2. Investimentos de capital em aterramento de linhas expostas a riscos climáticos; 3. Outros investimentos em infraestrutura de distribuição (ex. expansão da rede, melhorias na qualidade do sistema, substituição de equipamentos por fim da vida útil, e outros) em concessionárias do Grupo cujo Índice de emissões médio da energia comprada e distribuída seja menor ou igual a 100 gCO₂e/kWh, considerando os últimos 5 anos, e o índice deve ser mantido e/ou reduzido, para atender uma redução linear do fator em gCO₂e/kWh, até chegar a zero em 2050. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Conexão direta ou expansão de conexão direta existente entre concessionárias com volume de emissões superior a 100 gCO₂e/kwh distribuído considerando as fontes de energia contratadas e distribuídas e uma subestação ou a rede em si; 2. OPEX e manutenção regular de redes existentes.
--	--

Os critérios estabelecidos estão em conformidade com a Taxonomia de Finanças Sustentáveis da União Europeia por estabelecer o limite numérico de 100gCO₂eq/kWh que se reduz linearmente até 2050, e também estão alinhados a *Climate Bonds Taxonomy*, que estabelece a elegibilidade de projetos de *smart grids* e de aterramento de linhas expostas a riscos climáticos.

De acordo com o Framework, os integrantes do comitê selecionarão os projetos para receber a classificação Verde (com decorrente elegibilidade a objeto de uma emissão de Título ou Empréstimo Verde). Essa análise será baseada nos critérios estabelecidos pelo próprio Framework (listados acima). Esse comitê será responsável por garantir que as operações verdes que utilizem o Framework apresentem conformidade com o Uso de Recursos supracitado.

Dessa forma, projetos que não atendam os padrões socioambientais estabelecidos no Framework não serão selecionados para dívidas verdes. O Comitê possui representantes das seguintes áreas da empresa: governança, sustentabilidade, meio ambiente, Instituto Neoenergia, compliance e engenharia e finanças corporativas. Após a seleção os projetos pelo comitê, estes são encaminhados aos órgãos de administração da companhia contratante para aprovação final.

O Framework também estabelece critérios de priorização de projetos a serem seguidos pelo Comitê, notadamente a preferência por projetos ainda em implementação ou que ainda necessitem de recursos para conclusão das obras.

Além do processo interno de seleção e avaliação de projetos da Neoenergia, cada operação a ser rotulada como verde passará por avaliação externa, para que seu alinhamento com o framework seja verificado.

Podemos, então, concluir que os processos internos para avaliação e seleção dos projetos são transparentes e baseados em critérios de elegibilidade robustos. Os projetos estão alinhados com a estratégia do Grupo Neoenergia e possuem benefícios ambientais, contribuindo assim para o desenvolvimento sustentável e redução da emissão de gases de efeito estufa.

Gestão dos Recursos

As operações verdes que utilizarem o Green Finance Framework podem ocorrer a partir de qualquer empresa do Grupo Neoenergia.

Os recursos serão usados para gastos futuros, reembolso e refinanciamentos de investimentos (CAPEX) realizados pelo Grupo Neoenergia. Para reembolsos e refinanciamentos será considerada a anterioridade de 24 meses da data de contratação da dívida. A gestão dos recursos obtidos através de dívidas verdes será realizada pela diretoria financeira da Neoenergia, e o prazo máximo de alocação nos projetos é de 36 meses.

A empresa se comprometeu no Framework que o valor dos recursos verdes alocados nos projetos elegíveis não irá superar o CAPEX total de cada projeto. Essa prática aumenta a confiabilidade das emissões da empresa, como mecanismo de garantia de que os recursos serão alocados nos devidos projetos selecionados. A emissora se compromete a demonstrar anualmente sua alocação de recursos verdes nos projetos elegíveis.

A exclusivo critério do Grupo Neoenergia, em relação a investimentos temporários envolvendo os recursos de dívidas verdes, a empresa poderá seguir sua Política Financeira, com alocações em fundos de investimentos exclusivos da Neoenergia, cujos regulamentos limitam seus investimentos a títulos públicos federais, Letras Financeiras (LF) e Certificados de Depósito Bancário (CDB).

Além dos fundos, é possível a alocação direta em CDBs e LFs em bancos previamente aprovados pela área de riscos da empresa, que avalia a capacidade financeira das instituições. O framework também cita a possibilidade de cláusulas implicando em vencimentos antecipados e multas caso os recursos não sejam destinados para os projetos elegíveis.

A empresa já realizou duas emissões de Debêntures Verdes em 2019 e 2020, com destinação para diversos projetos conforme indicado na Tabela 5, elaborada a partir de dados fornecidos pela empresa e de escrituras das emissões. O valor designado para cada um dos projetos os financiou parcialmente, não superando seus custos totais.

Tabela 5 – Custos totais dos projetos e fontes de financiamento (em R\$ milhões)

Projeto	Custo total*	Recursos da 6ª Emissão de Debêntures Simples da Neoenergia S.A. - Maio/2019	Recursos da 1ª Emissão de Debêntures Simples da Neoenergia Itabapoana Transmissão de Energia S.A. – Fev/2020
Baixo Iguaçu	2.395,5	400,0	-
Chafariz 1	154,8	15,5	-
Chafariz 2	154,8	15,5	-
Chafariz 3	154,8	6,2	-
Chafariz 4	154,8	20,7	-
Chafariz 5	154,8	20,7	-
Chafariz 6	139,3	13,0	-
Chafariz 7	154,8	12,6	-
Canoas 2	154,8	15,5	-
Canoas 3	154,8	20,7	-

Canoas 4	154,8	15,5	-
Lagoa 3	154,8	15,5	-
Lagoa 4	92,9	8,3	-
Ventos do Arapuá 1	108,3	14,5	-
Ventos do Arapuá 2	154,8	20,7	-
Ventos do Arapuá 3	61,9	6,2	-
EKTT 1	1.115,9	70,4	-
EKTT 2	491,1	36,2	-
EKTT 3	1.050,4	62,1	-
EKTT 4 (Itabapoana)	631,5	36,2	300,0
EKTT 5	1.136,0	67,3	-
EKTT 11	2.052,7	113,9	-
EKTT 12-A	559,8	106,7	-
EKTT 13-A	82,2 - 86,3	77,7	-
EKTT 14-A	89,5 - 94,0	75,6	-
EKTT 15-A	77,7 - 81,7	26,9	-
Total	11.787,5 - 11.800,1	1.294,4	300,0

* Valores não ponderados por participação acionária da Neoenergia nos projetos. Valores divulgados na data base de cada emissão

Com base na análise realizada sobre a gestão de recursos, podemos concluir que existe um procedimento claro e transparente para garantir que os recursos sejam destinados para os projetos que sustentam a classificação de operação Verde de cada emissão baseada no Framework.

Relato

Após a emissão de títulos referenciados no Framework, a empresa se comprometeu a monitorar e relatar informações financeiras e ambientais relacionadas aos projetos financiados. Esses resultados serão acompanhados para garantir que os recursos alocados e a performance dos projetos permaneçam alinhados aos critérios de elegibilidade e exclusão estabelecidos no Framework.

A alocação dos recursos nos ativos elegíveis será disponibilizada anualmente no Relatório de Sustentabilidade a ser divulgado publicamente pela companhia. Esse mesmo documento incluirá os impactos dos projetos que receberão recursos de operações verdes. Para divulgação dos impactos dos projetos, o Grupo Neoenergia se compromete a divulgar anualmente os seguintes indicadores:

Tabela 6 – Indicadores a serem reportados anualmente

Setor	Indicadores monitorados
Todos	Elencar todas as dívidas captadas com parecer independente de segunda opinião verde que foram contratadas com base no framework;

	Características principais por dívida (montante, vencimento, contraparte e objeto);
	Percentual de recursos verdes alocados do financiamento (%) x valor total dos financiamentos do projeto;
	Estrutura de Capital do projeto e percentual de participação da Neoenergia (item não aplicável para distribuição);
	Descrição do Projeto selecionado (por exemplo: capacidade instalada, localização, características principais, fonte etc.);
	Status de implementação do projeto;
	Benefícios gerados com a implantação ou operação do projeto, a depender do status do projeto selecionado (transmissão e geração);
	Declaração de que os recursos captados ainda não utilizados não foram alocados em instrumentos que financie o aumento de emissão dos GEE ou que impacte negativamente no clima
Geração de energia (eólica e solar)	Produção anual de energia renovável em MWh
	Emissões anuais de GEE evitadas (tCO ₂ eq)
	Número de pessoas sensibilizadas pelas atividades de educação e comunicação socioambiental
Transmissão de energia	Indicador de prestação de serviço de transmissão a Usuários Verdes
	Status do licenciamento ambiental e atendimento a condicionantes ambientais
	Regularização fundiária privilegiando acordos amigáveis em detrimento a acordos judiciais (%)
Distribuição de energia	Número de domicílios/clientes conectados por redes inteligentes (smart grid)
	Índice de perdas de energia e de disponibilidade técnica (DEC e FEC)
	Investimento da empresa em ação social (R\$)
	Índice de compra de energia renovável (%)

Os indicadores apresentados não permitem a verificação total do atendimento aos critérios de elegibilidade e exclusão estabelecidos no Framework. Porém, conforme definido no documento, cada operação que intenciona obter rotulagem verde também passará por avaliação externa, e, portanto, o atendimento aos critérios será verificado por empresa externa especializada contratada para esse fim, e o relatório com a conclusão da avaliação também será público. Ademais, os compromissos aqui descritos também serão verificados pela SITAWI anualmente enquanto houver operações baseadas no Framework.

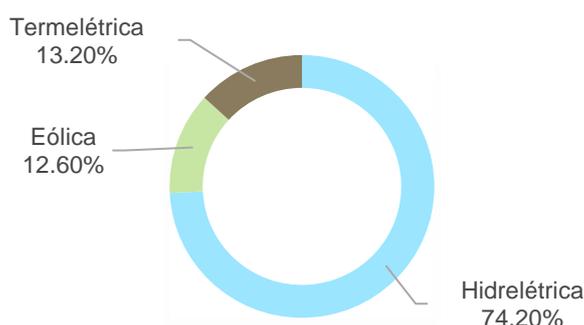
Dessa maneira, concluímos que a empresa definiu de maneira clara o conteúdo e a forma de reporte dos indicadores financeiros e ambientais a serem comunicados para seus *stakeholders*. Os indicadores estão alinhados às boas práticas internacionais e aos GBP e GLP.

IV. Performance ASG da Neoenergia

A Neoenergia é uma *holding* do setor elétrico controlada pela Iberdrola Energia, empresa espanhola do setor de energia. Atua nos 4 segmentos do setor elétrico: geração, transmissão, distribuição e comercialização.

Em 2019 sua capacidade instalada de geração era de 5,18 GW, considerando os ativos em operação e em implementação, com a seguinte distribuição por fonte:

Tabela 7 - Capacidade instalada de geração da Neoenergia por tipo de fonte correspondente a participação acionária da Neoenergia (2019)



Em 2019, a Neoenergia operava no segmento de transmissão através de três subsidiárias: Afluente T, Narandiba e Potiguar Sul, que totalizam 679,2 km de linhas de transmissão e 11 subestações de transmissão. No segmento de distribuição de energia elétrica, a Neoenergia opera através de quatro controladas: Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (Coelba), Companhia Energética de Pernambuco (Celpe), Companhia Energética do Rio Grande do Norte (Cosern) e Elektro Redes (SP/MS). Estas empresas atendem mais de 14 milhões de clientes, correspondendo à uma população de aproximadamente 34 milhões de pessoas.

A análise da Neoenergia tem como objetivo avaliar sua capacidade de medir, prevenir, mitigar e compensar riscos associados aos projetos que desenvolve. Dessa maneira é possível averiguar sua capacidade de manter inalteradas as condições que permitem que suas contratações de dívida sejam elegíveis a caracterização Verde.

Nesse contexto, fizemos uma avaliação de políticas e práticas da empresa para os segmentos de geração e transmissão de energia. Adicionalmente, pesquisamos controvérsias de caráter social, ambiental e de governança envolvendo a companhia e suas SPEs associadas aos projetos.

SITAWI Research

Análise de performance ASG da empresa



Empresa:	Neoenergia
País:	Brasil
Setor (GICS):	Serviços de Utilidade Pública

Pontos fortes



- ✓ Compromisso de descarbonização da matriz elétrica e promoção de fontes renováveis;
- ✓ Premiação por melhores práticas de governança;
- ✓ Inclusão de critérios socioambientais para contratação e gestão de empresas fornecedoras e subcontratadas.

Opportunidades de melhoria

- ! Formalização de políticas de respeito a comunidades tradicionais e promoção de desenvolvimento local;
- ! Formalização de políticas de gestão de acidentes ambientais e de resíduos e efluentes.

Desempenho ASG

De modo geral, a Neoenergia obteve um desempenho ASG confortável. A análise completa se encontra na Tabela abaixo.

Como destaque positivo está seu compromisso de descarbonização da matriz elétrica e promoção de fontes renováveis, em linha com sua Política Contra a Mudança Climática, que, aliada às políticas de Meio Ambiente, Gestão Sustentável e Biodiversidade, definem boas práticas da empresa nesse âmbito.

Adicionalmente, a empresa possui boas práticas de recursos humanos, como os sistemas de saúde e segurança e de treinamento e formação de funcionários. Também possui práticas avançadas de compliance, que junto do Código de Ética, determinam as práticas de governança interna do grupo. Seu programa de integridade e transparência organizacional recebeu premiações por se alinhar às melhores práticas do mercado.

Por outro lado, foram identificados pontos de melhoria. A Neoenergia pode se beneficiar da institucionalização de práticas socioambientais que já são realizadas no nível dos projetos. Por exemplo, do ponto de vista social com a formalização de políticas de respeito às comunidades tradicionais e promoção de desenvolvimento local; e do ponto de vista ambiental com políticas de gestão de acidentes ambientais e de resíduos e efluentes.

Tabela 8 - Análise de práticas e políticas ASG

Ambiental	Confortável
<ul style="list-style-type: none"> • Uso de Recursos: A Neoenergia possui empreendimentos de geração de energia hidrelétrica e termelétrica, que são consideradas matrizes intensivas no uso de recursos hídricos. Para as termelétricas, também é relevante o uso de diesel e gás natural. Como parte de sua Política de Gestão Sustentável, a Neoenergia se compromete com a redução do impacto ambiental de todas as suas atividades e com o uso eficiente dos recursos hídricos e naturais em suas operações. A empresa tem trabalhado atualmente no desenvolvimento de diagnósticos relacionados ao seu uso de água, os quais apoiarão a tomada de decisão para aprimorar sua gestão. A capacidade instalada da Neoenergia (em 2019), entre ativos em operação e ativos em construção, é de 5,18 GW, da qual aproximadamente 86,8% é de fontes renováveis. Está desenvolvendo plano de melhorias em termelétricas para reduzir o consumo hídrico. Para garantir a qualidade no fornecimento, a companhia monitora a frequência e duração de interrupções na distribuição de energia (FEC e DEC, respectivamente). Todas as distribuidoras que pertencem à Neoenergia mantiveram esses indicadores de qualidade de fornecimento de energia em 2019 melhores do que os limites regulatórios. Os resultados do FEC para a Coelba, Celpe, Cosern e Elektro foram de 5,91, 5,72, 4,90 e 4,44 vezes, respectivamente, enquanto os resultados do DEC para as mesmas empresas foram de 12,19, 11,99, 10,18 e 7,55 horas, respectivamente. Foi constatada melhora nos indicadores de qualidade de fornecimento na Coelba, Celpe e Cosern, enquanto a Elektro apresentou acréscimo no resultado do DEC. Nos últimos três anos, as transmissoras do grupo estiveram com disponibilidade acima do limite superior definido pela Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Além disso, 100% de suas subestações são comandadas por telecomando. 	

-
- **Ecossistemas:** Dentre as atividades realizadas pela empresa, os setores de geração e transmissão têm potencial relevante de impacto sobre a fauna e flora, principalmente na fase de construção. Todas as unidades de geração da empresa realizam ou realizaram em alguma etapa do licenciamento ambiental o monitoramento da fauna e flora que podem ser impactadas pelos projetos da empresa, assim como implementam programas de mitigação do impacto na fauna e flora. Em sua Política de Meio Ambiente, compromete-se a respeitar a legislação ambiental vigente e, na medida do possível, antecipar-se à aplicação de nova legislação. No entanto, a Neoenergia reportou em seu Formulário de Referência 2018 a existência de seis processos que envolvem questões relacionadas ao licenciamento ambiental de seus projetos. Três estão relacionados à UHE Dardanelos, um à UHE Baguari, um à UHE Baixo Iguaçu e um à UHE de Teles Pires. Os processos ainda estão em tramitação, não havendo impacto concreto sobre a empresa e não existem valores provisionados até o momento.
 - **Gestão de Resíduos:** As estruturas dos empreendimentos da Neoenergia são potenciais geradores de resíduos em sua operação após o seu período de vida útil, principalmente para o segmento de geração eólica e termelétrica. Na Política Geral de Desenvolvimento Sustentável é estabelecido que a empresa visa otimizar a gestão de resíduos por meio de sistemas implantados que estabelecem objetivos e metas para o tema, ainda que não especifique preocupação com efluentes. A empresa tem trabalhado atualmente no desenvolvimento de diagnósticos relacionados aos seus resíduos sólidos e efluentes, os quais apoiarão a tomada de decisão para aprimorar sua gestão. A companhia tem 0,09% de produção de energia térmica a diesel na Usina Tubarão, apesar do volume de geração ser reduzido, tem alto potencial de emissão de NOx e CO2. Essas emissões são mitigadas através do uso de queimadores de *Dry-low* e estão dentro dos parâmetros legais. Adicionalmente, a Neoenergia realiza o monitoramento de emissões particuladas e GEE.
 - **Mudanças climáticas:** A Neoenergia tem potencial significativo de emissão de GEE através de suas operações em termelétricas (Termopernambuco e Usina Tubarão). Além disso, também há o potencial relacionado à geração por UHE. O Grupo Iberdrola possui Política Contra a Mudança Climática onde formaliza seu compromisso com a descarbonização de sua matriz energética até 2050, tendo como metas intermediárias a redução de 30% da intensidade de emissões de GEE em 2020 (em relação a 2007), a qual já foi alcançada, e 50% da intensidade de emissões de GEE em 2030, referente ao mesmo ano base. Estas metas estão de acordo com a iniciativa Science Based Target, alinhada ao alcance dos objetivos do Acordo de Paris. Também estão desenvolvendo uma análise da exposição de seus empreendimentos aos riscos climáticos físicos. Além disso, a empresa possui meta de transição do uso de gasolina para etanol em veículos corporativos no médio prazo, e veículos elétricos no longo objetivo mitigar sua emissão de GEE. Por meio da sua distribuidora Elektro, o Grupo Neoenergia está implantando o Projeto Energia do Futuro nas cidades de Atibaia, Bom Jesus dos Perdões e Nazaré Paulista, no interior de São Paulo, com o desenvolvimento de novo modelo de operação baseado em redes inteligentes (*smart grids*). O projeto permite um consumo de energia elétrica mais consciente e eficiente, e foi premiado na categoria “Inovação” no Prêmio Câmara Espanhola de Sustentabilidade. A empresa não tem iniciativas de compensação de emissões de gases de efeito estufa.
-

Social



- **Comunidades:** As atividades de transmissão e geração eólica, termelétrica e hidrelétrica da Neoenergia podem produzir ruídos nocivos para as comunidades próximas. As operações da Neoenergia também possuem potencial impacto sobre a paisagem, mas não há histórico de controvérsias. É definido na Política de Biodiversidade que a empresa fomente a proteção, conservação e uso sustentável da paisagem que possa ser impactada por suas operações, de forma a adotar medidas específicas para o tema. Os empreendimentos da companhia podem demandar a remoção das comunidades próximas, principalmente no caso das hidrelétricas uma vez que a formação dos lagos dos reservatórios pode alterar a dinâmica de uso dos rios pelas comunidades do entorno. A compensação e negociação com proprietários de terra segue critérios desenvolvidos no nível dos projetos. No desenvolvimento de seus projetos, a Neoenergia envida os melhores esforços para priorização da contratação da mão de obra local, além de promover a capacitação dos mesmos. A Política de Relacionamento com Grupos de Interesse determina o envolvimento de comunidades no desenvolvimento e implementação de projetos, mas não existe compromisso pela promoção do desenvolvimento local. Em relação às comunidades tradicionais, a Neoenergia inclui preocupação com minimização de impactos de seus empreendimentos de geração e transmissão, incluindo na etapa de planejamento da localização. Também tem práticas de comunicação com comunidades no entorno de seus empreendimentos sobre seus possíveis impactos à essas comunidades e de compensação de acordo com a legislação. No entanto, não tem prática de comunicação à comunidade tradicional sobre seus direitos sobre a terra. Além disso, possui controvérsia muito significativas envolvendo impacto de projetos hidrelétricos sobre comunidades tradicionais.
 - **Clientes:** A Neoenergia estabelece em sua Política de Relação com Grupos de Interesses a instauração de canais de comunicação e relacionamento com seus clientes. Também são
-

estabelecidos processos de qualidade e planos de atuação para a melhoria do relacionamento com esses stakeholders.

- **Cadeia de Suprimentos:** A mão de obra terceirizada representa pouco mais de 50% do total de funcionários utilizados para as atividades-fim da Neoenergia. Há registro de controvérsia pontual que envolvam seus trabalhadores terceirizados. O sistema de gestão de saúde e segurança abarca colaboradores diretos e terceirizados. Os índices de acidentes com terceirizados são maiores do que para funcionários próprios, dado que os terceirizados realizam atividades com maior risco associado, porém os indicadores para ambos registraram melhora nos últimos 3 anos. A Neoenergia utiliza critérios socioambientais para seleção de fornecedores, como práticas ambientais, trabalhistas, de direitos humanos e impactos na sociedade, conforme determinado no Código de Ética para Fornecedores. Em sua Política de Relacionamento com Grupos de Interesse, a Neoenergia estabelece práticas de engajamento com seus fornecedores, como eventos e encontros para melhorar o seu relacionamento. Além disso, também realiza auditorias anuais e implementa mecanismos de fiscalização de práticas socioambientais. As empresas contratadas precisam seguir diretrizes de treinamento segundo cláusulas contratuais. O grupo não possui controvérsias relacionadas ao tema de fornecedores.
 - **Recursos Humanos:** A Neoenergia assegura a todos os colaboradores o direito de livre associação, organização e mobilização sindical em seu Código de Ética, bem como utiliza os canais de comunicação interna para divulgar e informar os avanços das negociações e realiza com o Sindicato e reuniões de acompanhamento do Acordo Coletivo de Trabalho ao longo do ano. Em dezembro de 2019, 47% dos funcionários do grupo eram sindicalizados, e todos são cobertos pelos acordos coletivos. A Neoenergia divulga dados relacionadas a saúde e segurança ocupacional e possui sistema de saúde e segurança para seus colaboradores, sendo esse certificado pela ISO 45001. Os índices de acidentes tanto de colaboradores próprios como terceirizados reduziram entre 2017 e 2019, a taxa de acidentes para empregados próprios reduziu em 80,6% e para empresas contratadas a redução foi de 75%. Houve uma redução no número de fatalidades de terceirizados de 10 em 2017 para 3 em 2018, porém essa incidência ainda é considerada significativa. Não foram registradas recentemente fatalidades entre funcionários diretos. As fases de construção de empreendimentos de geração e transmissão de energia são as que empregam quantidade mais relevante de mão de obra (principalmente UHE), porém a empresa não tem política ou compromisso público sobre geração de emprego. A Neoenergia se compromete publicamente com o treinamento e desenvolvimento de seus colaboradores, assim como com a diversidade no ambiente de trabalho. Conta com sistema de avaliação de desempenho individual, que define necessidade de treinamentos internos ou externos (para os quais oferece financiamento) e remuneração. Não foram identificadas controvérsias relacionadas a liberdade sindical.
-

Governança



Confortável

- **Transparência:** A Neoenergia disponibiliza em seu site suas Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP) e Relatório Anual, que segue o padrão GRI e descreve os principais programas e políticas adotados. O Relatório Anual, no entanto, não é auditado externamente. Também são disponibilizadas publicamente informações sobre o conselho da companhia.
 - **Integridade:** O grupo não possui histórico de processos e exposição em mídia por controvérsias relacionadas a Integridade. Disponibiliza em seu site e na intranet seu código de conduta. A Empresa possui um canal confidencial e independente de denúncias, que está apto a receber questionamentos éticos e sobre desvios de conduta, aberto a todos os seus stakeholders. Tem procedimentos internos de: investigação para desvios de conduta, avaliação de riscos de corrupção e due diligence de fornecedores. A Neoenergia não patrocina atividades político-partidárias. A companhia obteve o Selo Pró Ética em suas três últimas edições e foi considerada a empresa mais transparente, dentre as 100 maiores empresas e 10 maiores bancos brasileiros em relação ao seu programa de integridade e transparência organizacional em relatório publicado pela Transparência Internacional, em janeiro de 2018.
 - **Governança Corporativa:** A Neoenergia não possui histórico de processos e exposição em mídia por controvérsias relacionadas a governança. Os cargos de presidente do Conselho de Administração e diretor-executivo não são ocupados pela mesma pessoa. De 21 conselheiros, a companhia possui três membros independentes em seu Conselho de Administração, sendo um deles mulher. A companhia divulga publicamente a remuneração total do conselho de administração e da diretoria.
-

Em relação ao estudo de controvérsias, concluímos que a Neoenergia está envolvida em casos ligados à licenciamento ambiental, danos ambientais e impactos sociais a comunidades locais em empreendimentos na qual a empresa possui participação. As controvérsias são relacionadas a seus empreendimentos hidrelétricos e empresas distribuidoras de energia elétrica.

Tabela 9 – Controvérsias envolvendo a empresa

Ambiental	Nível de Severidade	Responsividade
Eventuais danos ambientais provocados pela UHE Teles Pires.	Muito significativo: A implementação da usina foi marcada por inúmeros protestos e ações judiciais de povos indígenas, comunidades tradicionais e do Ministério Público Federal (MPF) por danos ambientais, incluindo locais sagrados para comunidades indígenas locais.	Remediativa: Empresa atua pela manutenção da operação da usina.
Ação Civil Pública por eventual descumprimento de APP na UHE Baguari.	Significativo: ACP argumenta que UHE não estaria cumprindo a legislação ambiental no que concerne as APPs, pedindo revogação de licenças e reparação dos possíveis danos ambientais	Remediativa: Empresa atua pela manutenção da operação da usina.
Processo contra licença ambiental da UHE Dardanelos.	Muito significativo: Declaração de invalidade do EIA-RIMA para a implementação da UHE Dardanelos e obrigação de reparação de todos os danos ambientais.	Não responsiva: Empresa considera o processo como perda possível em seu Formulário de Referência, por isso ainda não estabeleceu medidas a serem adotadas.
Auto de Infração nº 9144632-E aplicado pelo IBAMA em 2018 à UHE de Baixo Iguaçu.	Significativo: Divergência de interpretação legislativa entre o IBAMA e o IAP sobre a competência no licenciamento da supressão de vegetação no projeto. IBAMA aplicou a multa no valor de R\$ 645.000,00 ao Consórcio por ter feito o processo de supressão sem sua anuência. No entendimento do IAP, a aprovação do órgão estadual bastaria para esse caso.	Remediativa: A empresa buscou regularizar a situação do projeto para possibilitar seu andamento. Prestou esclarecimentos ao IBAMA e já concluiu as compensações demandadas. IBAMA já levantou o termo de embargo.
Suspensão da Licença de Instalação da UHE de Baixo Iguaçu pela Justiça em 2014.	Significativo: Enchente afetou obra de instalação de vertedouros, fazendo equipamentos caírem no rio Baixo Iguaçu. Foi levantada a hipótese de galgamento por enchentes. Demanda de novos estudos causou suspensão da LI por 20 meses.	Remediativa: Após aprovação dos estudos, ANEEL reconheceu o excludente de responsabilidade dos atrasos decorrentes de ato do poder público, caso fortuito e de força maior. Não foi aplicada penalidade pelo atraso e o prazo da obra foi prorrogado.
Obra de subestação da Celpe é interdita em Petrolina em 2018.	Muito significativo: A construção da Subestação Petrolina III da Celpe em Petrolina foi interdita em 08/02/2018 pela ausência de licença ambiental e pendências com a retirada do licenciamento de construção.	Defensiva: A companhia afirmou em nota que "a instalação da nova Subestação Petrolina III na localidade não oferece risco à população" e que "a unidade está sendo construída dentro das especificações técnicas

		exigidas pela legislação e segue padrões internacionais de segurança”.
Coelba é acionada por descumprir condicionantes ambientais em instalação de linha de transmissão em 2014.	Muito significativo: A Coelba foi acionada pelo Ministério Público estadual, por meio da Promotoria Regional Ambiental da Costa do Dendê, devido à descumprimento de condicionantes ambientais durante a instalação de linha de transmissão de energia elétrica no distrito de Canavieiras, no município de Cairu.	Não responsiva: Não foi identificada resposta da companhia.
Coelba é acionada em 2014 para que repare e compense danos ambientes no Parque Nacional da Chapada Diamantina.	Muito significativo: O Ministério Público Federal na Bahia acionou a Coelba em 13/11/2014, por meio de ação civil pública, para que a empresa repare e compense danos materiais e ambientais decorrentes da instalação das linhas de transmissão de energia elétrica no interior e na zona de amortecimento do Parque Nacional da Chapada Diamantina.	Não responsiva: Não foi identificada resposta da companhia.

Social	Nível de Severidade	Responsividade
NUFURB e MP recomendam que IAP não autorize enchimentos e testes na UHE Baixo Iguaçu	Médio: Recomendação conjunta da Defensoria Pública e do Ministério Público Estadual buscava suspender a implementação até a resolução de todos os casos de desapropriação na região.	Remediativa: O Consórcio conduziu negociação com as famílias afetadas, oferecendo opções de remanejamento. Chegaram em um acordo diretamente com as famílias, que optaram por obter cartas de crédito.
Reclamações trabalhistas de ex-empregados de empresas terceirizadas atuantes na UHE Baixo Iguaçu	Médio: Funcionários requerem pagamento de horas extras, diferença salarial, diferenças de verbas rescisórias, dentre outros pedidos relacionados à legislação trabalhista. O total de 7 ações resulta em uma contingência de R\$ 3.241.186,59. A Geração Céu Azul, subsidiária da Neoenergia, é indicada como responsável subsidiária.	Defensiva: A empresa está acompanhando o andamento dos processos sob os quais tem responsabilidade subsidiária.
Agricultores invadem canteiro de obras da UHE de Baixo Iguaçu em 2016 e apedrejam sede da Neoenergia em 2017.	Significativo: A Usina de Baixo Iguaçu foi ocupada em 13 e 16/05/2016 por um grupo de agricultores cujas terras deviam ser atingidas em função da construção da hidrelétrica. Os manifestantes reclamaram a respeito das indenizações propostas. No episódio ocorrido em 2017, os agricultores reivindicaram que o cronograma de	Remediativa: A Assessoria de Imprensa do Consórcio Energético Baixo Iguaçu, formado pela Neoenergia e pela Copel, informou que foram contratadas duas empresas para fazer as análises necessárias e apresentar uma contraproposta aos agricultores. A Assessoria informou também que o

cadastro das propriedades atingidas fosse divulgado e que fosse possível acompanhá-lo. Foi reivindicado também a garantia do reassentamento rural coletivo e do pagamento de indenizações justas às pessoas que seriam retiradas de suas terras.

consórcio sempre esteve aberto a negociações.

Com relação ao ocorrido em 2017, a UHE repudiou os atos violentos e a assessoria de imprensa do Consórcio responsável pela construção da hidrelétrica afirmou que 25% dos proprietários e arrendatários de terras que têm direito às indenizações já haviam concluído as negociações. E, para aqueles que não permitissem o levantamento técnico, as empresas deveriam pedir na justiça a autorização para fazer as medições.

Com relação ao ocorrido em 2017, a UHE repudiou os atos violentos e a assessoria de imprensa do Consórcio responsável pela construção da hidrelétrica afirmou que 25% dos proprietários e arrendatários de terras que têm direito às indenizações já haviam concluído as negociações. E, para aqueles que não permitissem o levantamento técnico, as empresas deveriam pedir na justiça a autorização para fazer as medições.

Defensiva: O Consórcio afirmou que as chuvas que ocorreram na semana anterior registraram um índice sensivelmente superior à média observada para o mesmo período, o que impactou nos alagamentos verificados. O Consórcio também afirmou que os imóveis onde foi observada elevação dos níveis de água do Rio Capanema apresentavam comportamento semelhante antes da entrada em operação da UHE Baixo Iguaçu, e que vem monitorando o comportamento hidrológico do Rio Iguaçu e de seus tributários.

Pouco significativo: Os moradores no entorno da barragem da Usina de Baixo Iguaçu se disseram preocupados com falta de segurança e riscos de alagamento após forte chuva na região. Conforme informado pelos moradores, houve danos em lavouras, pastagens e o nível da água chegou próximo das casas.

Famílias moradoras do entorno da barragem da UHE de Baixo Iguaçu denunciaram alagamento em 2019.

Significativo: Queda de postes de energia administrados pela Coelba sobre carros e residência em bairros de Salvador afeta temporariamente o abastecimento de energia local.

Postes de energia administrados pela Coelba caem em cima de veículos e residência em Salvador em 2020.

Remediativa: Agentes da Coelba foram ao local para atuação.

Significativo: Blecaute na rede elétrica na madrugada do dia 22/01/2018 resultou no atraso de 29 voos no aeroporto de internacional Deputado Luís Eduardo Magalhães, em Salvador. O blecaute durou das 1:20 até 7h e afetou o local e consumidores do bairro São Cristóvão.

Blecaute atrasa voos no aeroporto de Salvador e deixa passageiros no escuro em 2018.

Remediativa: A Coelba informou que a interrupção no fornecimento de energia foi ocasionada por problema técnico no circuito subterrâneo do terminal, mas que os técnicos resolveram o problema às 3:40. Além disso, a empresa informou que o aeroporto ficou sem energia até as 7h devido a problemas internos do terminal.

Ligação clandestina em rede energizada e residência deixa vítimas em Recife em 2019.

Significativo: Eletricista terceirizado da Celpe morreu durante a realização de trabalho numa rede elétrica em Itamaracá, no Grande Recife. A Celpe informou que a apuração preliminar indicou que o acidente foi provocado por uma rede de internet energizada por ligação clandestina

Além disso, menino de 9 anos morre após levar choque em frente à sua casa no Engenho Nossa Senhora Auxiliadora, na zona rural de Moreno, na Região Metropolitana do Recife.

Remediativa: Em relação ao falecimento do eletricista terceirizado, a Celpe lamentou o caso em nota e informou que estava prestando o auxílio necessário. Em relação ao falecimento do menino de 9 anos, a Celpe respondeu em nota que enviou uma equipe ao local após o ocorrido, que constatou que a energia chegava ao local por meio de ligação clandestina.

Apagão atinge sítio histórico de Olinda e blocos desfilam na escuridão em 2018.

Significativo: Um apagão ocorreu na cidade de Olinda no dia 21/01/2018, deixando o sítio histórico sem luz, o qual estava lotado de turistas e foliões, que acompanhavam desfiles de blocos pelas ladeiras.

Remediativa: A Celpe informou que enviou equipes ao local para inspecionar a rede e para normalizar o fornecimento de energia. A empresa explicou que o problema ocorreu devido a dano em equipamento de proteção do sistema, no bairro de Varadouro.

Celpe é campeã de reclamações no Procon-PE em abril de 2019 e desde a retomada dos atendimentos presenciais em julho de 2020.

Pouco significativo: A Celpe esteve na liderança da lista de serviços que mais foram alvo de reclamações em abril de 2019, incluindo reclamações sobre cobrança abusiva ou indevida nas contas de energia. A companhia também foi a empresa com o maior número de reclamações no Procon desde a retomada do atendimento presencial, que ocorreu em 13/07/2020.

Defensiva: A Celpe esclareceu em ambos os casos que o ranking divulgado pelo Procon de Pernambuco tem como referência números absolutos, sem considerar a quantidade de clientes atendidos por cada empresa e a procedência das reclamações, e que as reclamações representam um baixo percentual no universo de consumidores. A companhia informou ainda que mantém um canal de comunicação permanentemente aberto com o Procon Pernambuco para dúvidas e solucionar os casos relatados pelos consumidores, além de se colocar à disposição.

30 famílias ficam sem energia na área da barragem de Cachoeirinha em 2020.

Significativo: Comunitários ribeirinhos da Barragem de Cachoeirinha, nos municípios de Ingazeira, Tabira, São José do Egito e Tuparetama, em Pernambuco, ficaram dias sem energia elétrica devido à acidente com carro que resultou na derrubada de um poste nas imediações, interrompendo o fornecimento de energia.

Não responsiva: Não foi identificada resposta da companhia nas reportagens, mas foi informado que as famílias prejudicadas cobraram providências da Celpe, que vem prometendo solucionar o problema.

Justiça condena Cosern a consertar máquina de gelo de pescadores que queimou com queda de energia (2019).

Significativo: Juiz da 2ª Vara da Comarca de Macau condenou a Cosern a pagar o conserto da máquina de gelo de uma colônia de pescadores que queimou devido à uma queda de energia na região, e indenizar por danos materiais referentes aos ganhos que a colônia Z-41 – Capataz Manoel Lucas deixou de ter durante o período que a máquina não estava em funcionamento.

Defensiva: A Cosern alegou que a colônia de pescadores não apresentou documentação do ocorrido em conformidade com a resolução Normativa da ANEEL e argumentou que não havia sido apresentado o ‘nexo causal’ e, assim, a responsabilidade da Cosern em pagar os danos materiais.

Apagão em seis bairros atinge mais de 77 mil clientes em Natal (2017).

Significativo: Apagão foi registrado em seis bairros de Natal no dia 15/03/2017, deixando 77.500 clientes da Cosern sem energia. O problema aconteceu entre 1h e 2h10.

Remediativa: A Cosern informou em nota que a interrupção no fornecimento de energia aconteceu devido à problema na Subestação Natal I, cujas causas estavam sendo investigadas.

Aneel nega pedido de distribuidoras e as mesmas terão que pagar mais de R\$ 7 milhões por apagão ocorrido em 2018.

Muito significativo: A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) negou o pedido de 11 distribuidoras de energia de exclusão de penalidade pelo apagão ocorrido em 21/03/2018, sendo elas: Celpa (PA), Celpe (PE), Cemar (MA), Coelba (BA), Cosern (RN), Enel Ceará, Energisa Borborema (PB), Energisa Paraíba, Energisa Sergipe, Energisa Tocantins e Sulgipe (SE). Com isso, as distribuidoras terão que fazer pagamentos de compensações aos consumidores superiores a R\$ 7 milhões.

Não responsiva: Não foi identificada resposta da companhia

Elektro é condenada por corte de energia em casa de cadeirante em 2020.

Significativo: A Elektro terá que indenizar em R\$ 4.000,00 a família de um cadeirante de Votuporanga por corte de energia na residência por pelo menos cinco dias em fevereiro de 2020, sem que houvesse pendência em relação as contas do imóvel. A indenização será a título de danos morais.

Não responsiva: Não foi identificada resposta da companhia

Avó e neto sofrem queimaduras após explosão de transformador da Elektro em 2019.

Significativo: Senhora de 60 anos e o neto, de 18, sofreram queimaduras após a explosão de um transformador em poste no dia 03/01/2019, no bairro José da Rosa, em Santo Antônio do Pinhal (SP). Ambos estavam na casa em que moravam quando foram atingidos por estilhaços após a explosão.

Remediativa: A Elektro lamentou o ocorrido e informou que estava apurando o fato internamente.

Variações no fornecimento de energia elétrica pela Elektro provocam danos a equipamentos elétricos da Estação de Tratamento de Água em Limeira em 2019 e na Estação de Bombeamento de Água Correa Porto em 2020.

Significativo: Oscilações no fornecimento de energia elétrica em 05/11/2019 e ocorrência de pico de energia elétrica em 03/09/2020 afetaram as Estações de Tratamento de Água em Limeira e de Bombeamento de Água Correa Porto, impactando nas operações.

Não responsiva: Não foram identificadas respostas da companhia nas matérias.

Por meio dessa análise, concluímos que a Neoenergia possui práticas ASG confortáveis e *know how* técnico de suas atividades. Não foram identificadas controvérsias das subsidiárias relacionadas a suas linhas de transmissão, mas quatro de seus empreendimentos hidrelétricos e as empresas de distribuição de energia elétrica possuem controvérsias de nível significativo ou muito significativo. Ainda assim, concluímos que a empresa tem capacidade de medir, prevenir, mitigar e compensar riscos e sustentar as condicionantes que conferem a qualidade de Verde a futuras dívidas nas categorias de projetos elegíveis.

Método

A análise da SITAWI é baseada em sua metodologia proprietária, fundamentada em padrões reconhecidos internacionalmente. Ela é composta de duas etapas:

- 1) Avaliação do Framework – o primeiro passo é avaliar se o Framework tem como objetivo contribuir com projetos e categorias com potencial de impacto socioambiental positivo, condizente com a condição de Título ou Empréstimo Verde. Para isso, comparamos o Framework aos quatro componentes dos *Green Bond Principles (GBP)*:
 - Uso dos recursos (use of proceeds): Alinhamento das categorias dos projetos com *Green Bond Principles*, *Climate Bonds Taxonomy* e outros padrões de sustentabilidade e climáticos;
 - Processo de seleção e avaliação de projetos (process for project evaluation and selection): procedimentos utilizados na escolha de projetos, alinhamento desses projetos com a estratégia da companhia e benefícios ambientais gerados;
 - Gestão dos recursos (management of proceeds): procedimento para gestão financeira dos recursos que serão captados a partir de emissões, para garantir a destinação para projetos elegíveis;
 - Relato (reporting): Compromisso de divulgação de informações sobre controle e alocação de recursos, bem como dos impactos positivos esperados dos projetos.

- 2) Performance ASG da Empresa – avaliamos a empresa de acordo com melhores práticas de sustentabilidade por meio de standards reconhecidos internacionalmente, como GRI²², e outros. Nesse contexto, os principais aspectos analisados são:
 - Políticas e práticas para medição, prevenção, mitigação e compensação dos riscos ASG de suas atividades;
 - Contribuição da empresa para o desenvolvimento sustentável e mitigação das mudanças climáticas;
 - Controvérsias em que a empresa está envolvida.

Essa análise é composta de 3 dimensões e 10 temas, priorizados de acordo com a materialidade de cada tema para a empresa:

Tabela 10 – Políticas e práticas analisadas

Dimensão	Práticas
Ambiental	<ul style="list-style-type: none">• Uso de Recursos• Ecossistemas• Gestão de Resíduos• Mudanças climáticas
Social	<ul style="list-style-type: none">• Comunidades• Clientes• Cadeia de suprimento• Recursos humanos
Governança	<ul style="list-style-type: none">• Transparência

²² <https://www.globalreporting.org/Pages/default.aspx>

Legendas

Nível da Asseguração

Tabela 11 - Níveis de asseguração

Níveis de asseguração	
Razoável	Capaz de confirmar de forma convincente os princípios e objetivos da asseguração.
Limitado	Capaz de confirmar de forma parcial os princípios e objetivos da asseguração.

Nível de performance do projeto/empresa

●●●● Superior

A empresa ou o projeto possui as melhores práticas naquela dimensão, se tornando referência para outras empresas no desempenho socioambiental/ASG por meio da busca de inovação e melhoria contínua, contribuindo assim de maneira relevante para o desenvolvimento sustentável, inclusive com compromissos de manter essa contribuição no longo prazo.

●●●○ Confortável

O projeto ou a empresa cumpre os requisitos mínimos de conformidade com a legislação no tema específico, além de estar alinhado com padrões internacionais de sustentabilidade (ex: IFC Performance Standards e GRI), contribuindo de forma ampla para o desenvolvimento sustentável.

●●○○ Satisfatório

O projeto ou a empresa cumpre os requisitos mínimos de conformidade com a legislação no tema específico.

●○○○ Insuficiente

O projeto ou a empresa não cumpre os requisitos mínimos de conformidade com a legislação no tema específico.

○○○○ Crítico

A empresa ou projeto não apresenta evidências de seu desempenho na dimensão específica.

Controvérsias

Tabela 12 – Nível de Severidade e Responsividade relacionado a controvérsias

Nível de Severidade	
Pouco significativo	Descumpra a lei e/ou afeta negativamente os <i>stakeholders</i> , mas não causa danos ou causa dano mínimo que não necessitam de remediação.
Significativo	Descumpra a lei e/ou afeta negativamente aos <i>stakeholders</i> , mas a remediação dos impactos causados é simples e com custo pouco significativo para a empresa.
Muito significativo	Descumpra a lei e afeta negativamente os <i>stakeholders</i> , sendo o nível de dificuldade e custo de remediação medianos.

Crítico	Descumpre a lei e afeta negativamente os stakeholders, sendo os danos irremediáveis ou de difícil e custosa remediação.
----------------	---

Responsividade

Proativa	Além da empresa agir de maneira remediativa diante de uma controvérsia, ela adota medidas que vão além da sua obrigação. Adicionalmente, a empresa realiza procedimentos sistemáticos para evitar que o problema ocorrido se repita.
Remediativa	A empresa realiza as ações necessárias para correção dos danos e se comunica adequadamente com os stakeholders impactados.
Defensiva	A empresa realiza ações insuficientes para correção dos danos ou emite comunicado sem realização de ações corretivas.
Não-responsiva	Não há qualquer ação ou comunicação da empresa em relação à controvérsia.

External Review Form Green Bond/Loan Principles

Green Bond / Green Bond Program

External Review Form

Section 1. Basic Information

Issuer name: Neoenergia

Review provider's name: SITAWI

Completion date of this form: 16/Dec/2020

Publication date of review publication: 12 months upon first issuance based on framework

Section 2. Review overview

SCOPE OF REVIEW

The review assessed the following elements of the framework and confirmed their alignment with the GBPs:

- | | |
|--|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> Use of Proceeds | <input checked="" type="checkbox"/> Process for Project Evaluation and Selection |
| <input checked="" type="checkbox"/> Management of Proceeds | <input checked="" type="checkbox"/> Reporting |

ROLE(S) OF REVIEW PROVIDER

- | | |
|---|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> Consultancy (incl. 2nd opinion) | <input type="checkbox"/> Certification |
| <input type="checkbox"/> Verification | <input type="checkbox"/> Rating |
| <input type="checkbox"/> Other (<i>please specify</i>): | |

EXECUTIVE SUMMARY OF REVIEW

According to SITAWI, Neoenergia's Green Finance Framework is aligned with the Green Bond Principles (GBP) and Green Loan Principles (GLP). All net proceeds from the bonds and loans based on this framework will be destined to reimbursements of expenses or new investments or refinancing of solar and wind energy generation, energy transmission and energy distribution projects. Moreover, the projects outlined in the Framework are aligned with Neoenergia's sustainability strategy.

The governance for projects' evaluation and selection is clear and transparent. The company established a Green Finance Committee, comprised of representatives of its sustainability, environmental, compliance, social projects, investor relations, engineering and corporate finance departments. This committee is in charge of verifying the compliance of the projects with the eligibility criteria established in the Framework. The company also established minimum eligibility criteria for energy transmission and distribution projects, aligned with the European Union's Sustainable Finance Taxonomy. Furthermore, all future potential green bonds/loans will be assessed by an external verifier to ensure eligibility.

There is a clear and transparent procedure to ensure that proceeds are allocated to projects that support the green label of the transactions, including a maximum term for reimbursement and refinance of operational projects, and commitment to allocate proceeds temporarily in low-risk, high-liquidity and non-carbon intensive investment instruments until their full allocation to the eligible projects and assets.

After the issuances, the issuer commits to report annually to its investors the following information (via annual report): a) proceeds allocated to each project obtained through Green Finance operations; b) KPIs to assess the impact from the eligible projects and assets. The Second Party Opinion report and the Green Finance Framework will also be available in the issuer's website.

Section 3. Detailed review

1. USE OF PROCEEDS

Overall comment on section: The eligible category for the use of proceeds described in the framework includes renewable energy generation (solar and wind), transmission and distribution projects. Renewable energy categories are considered to be primary to climate change mitigation and tertiary to natural resource conservation and pollution prevention and control by the International Capital Market Association (ICMA). These projects also contribute to transmit renewable energy and enhance the energy efficiency of Brazil's interconnected grid.

Therefore, we consider that Neoenergia's Green Finance Framework is aligned with the Company's sustainability strategy. The environmental goals of the projects are accurate, measurable and robust. The environmental and climate benefits, in turn, will be evaluated and quantified by Neoenergia

Use of proceeds categories as per GBP:

- | | |
|--|---|
| <input checked="" type="checkbox"/> Renewable energy | <input type="checkbox"/> Energy efficiency |
| <input type="checkbox"/> Pollution prevention and control | <input type="checkbox"/> Sustainable management of living natural resources |
| <input type="checkbox"/> Terrestrial and aquatic biodiversity conservation | <input type="checkbox"/> Clean transportation |
| <input type="checkbox"/> Sustainable water management | <input type="checkbox"/> Climate change adaptation |
| <input type="checkbox"/> Eco-efficient products, production technologies and processes | <input type="checkbox"/> Other (<i>please specify</i>): |
| <input type="checkbox"/> Unknown at issuance but currently expected to conform with GBP categories, or other eligible areas not yet stated in GBPs | |

If applicable please specify the environmental taxonomy, if other than GBPs: Not applicable

2. PROCESS FOR PROJECT EVALUATION AND SELECTION

Overall comment on section (if applicable): Neoenergia's internal process for evaluating and selecting projects is aligned with market practice. A Green Finance Committee verifies whether the Eligible Assets are aligned with the local laws and regulations, and their environmental impacts/benefits. The company also established eligibility and exclusion criteria for the projects. These are compliant with the European Union's Sustainable Finance Taxonomy and the Climate Bonds Taxonomy. Before each issuance/loan, the issuer will hire an external verification in order to attest compliance with the eligibility and exclusion criteria.

Therefore, we can conclude that the internal processes for project evaluation and selection are transparent and based on robust eligibility criteria. The projects are aligned with Neoenergia's strategy and have environmental and social benefits. In this sense, we can say that they deliver positive contributions to sustainable development and transition to a low carbon energy mix.

Evaluation and selection

- | | |
|---|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> Defined and transparent criteria for projects eligible for Green Bond and Loan proceeds | <input type="checkbox"/> Documented process to determine that projects fit within defined categories |
| <input checked="" type="checkbox"/> Summary criteria for project evaluation and selection publicly available | <input type="checkbox"/> Other (<i>please specify</i>): |

Information on Responsibilities and Accountability

- | | |
|--|---|
| <input checked="" type="checkbox"/> Evaluation / Selection criteria subject to external advice or verification | <input checked="" type="checkbox"/> In-house assessment |
| <input type="checkbox"/> Other (<i>please specify</i>): | |

3. MANAGEMENT OF PROCEEDS

Overall comment on section (if applicable): Neoenergia's processes for management of proceeds are aligned to market practices. The issuance of green bonds and loans can occur through subsidiaries of the company. The proceeds from future green debt will be used to both equity reimbursement (for projects that have become operational up to 24 months before each transaction) and financing of new eligible assets and projects, and shall be allocated to selected projects in up to 36 months.

All proceeds will be maintained in high liquidity fixed income instruments until the full allocation to eligible projects. In the meantime, the issuer/borrower commits not to invest in carbon intensive activities. The issuer also commits that the sum of proceeds raised through green debt allocated to each project will not surpass the total cost of the green projects and assets. The issuer will disclose the allocation of these proceeds throughout the maturity of the debts.

Based on our analysis of proceeds management, we can conclude that there is a clear and transparent procedure to ensure that resources are allocated to projects that support the Green Bond and Green Loan categorization.

Tracking of proceeds:

- | |
|--|
| <input type="checkbox"/> Green Bond/Loan proceeds segregated or tracked by the issuer in a systematic manner |
|--|

- Disclosure of intended types of temporary investment instruments for unallocated proceeds
- Other *(please specify)*:

Additional disclosure:

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Allocations to future investments only | <input checked="" type="checkbox"/> Allocations to both existing and future investments |
| <input type="checkbox"/> Allocation to individual disbursements | <input checked="" type="checkbox"/> Allocation to a portfolio of disbursements |
| <input type="checkbox"/> Disclosure of portfolio balance of unallocated proceeds | <input type="checkbox"/> Other <i>(please specify)</i> : |

4. REPORTING

Overall comment on section *(if applicable)*: Aligned with market practices, Neoenergia will disclose annually the allocation of proceeds per category and the non-financial impact of the eligible projects. These results will be monitored in order to ensure that allocated proceeds and project performance will remain aligned with the eligibility criteria set out in the Framework. The disclosure will include environmental impacts of the projects, at project level. The established indicators are not sufficient to attest full compliance with established eligibility criteria, but all operations will undergo external evaluation to verify alignment with the framework.

Therefore, we conclude that the Company has clearly defined the content and the reporting process of financial and environmental indicators to its stakeholders. Their indicators are aligned with international good practices and also the GBP. The compliance to established criteria will be verified by SITAWI annually.

Use of proceeds reporting:

- | | |
|---|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> Project-by-project | <input type="checkbox"/> On a project portfolio basis |
| <input checked="" type="checkbox"/> Linkage to individual bond(s) | <input type="checkbox"/> Other <i>(please specify)</i> : |

Information reported:

- | | |
|---|---|
| <input checked="" type="checkbox"/> Allocated amounts | <input checked="" type="checkbox"/> GB financed share of total investment |
| <input checked="" type="checkbox"/> Other <i>(please specify)</i> : <i>share of expense, reimbursement and refinance and statement indicating that proceeds have not been allocated to financial instruments that finance the increase of GHG emissions or that negatively impact the climate</i> | |

Frequency:

- | | |
|---|--------------------------------------|
| <input checked="" type="checkbox"/> Annual | <input type="checkbox"/> Semi-annual |
| <input type="checkbox"/> Other <i>(please specify)</i> : <i>quarterly</i> | |

Impact reporting:

- | | |
|--|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> Project-by-project | <input checked="" type="checkbox"/> On a project portfolio basis |
|--|--|

- Linkage to individual bond(s) Other (*please specify*):

Frequency:

- Annual Semi-annual
 Other (*please specify*):

Information reported (expected or ex-post):

- GHG Emissions / Savings Energy Savings

Other ESG indicators (*please specify*):

i) Project and environmental licensing status; ii) Number of Green Users (power plants that generate wind, solar, small hydro or biomass electricity) for transmission projects; iii) Generated energy (MWh) for energy generation projects; (iv) project operation start date; v) Percentage of renewable energy purchased by distribution companies (%); vi) Land regularization favoring friendly agreements over judicial agreements (%) for transmission projects; vii) Number of clients connected to smart grids for distribution projects; viii) Losses indexes for distribution projects

Means of Disclosure

- Information published in financial report Information published in sustainability report
 Information published in ad hoc documents Other (*please specify*):
 Reporting reviewed (*if yes, please specify which parts of the reporting are subject to external review*):

Where appropriate, please specify name and date of publication in the useful links section.

USEFUL LINKS (*e.g. to review provider methodology or credentials, to issuer's documentation, etc.*)

<http://ri.neoenergia.com/>

Review provider(s):

Date of publication:

ABOUT ROLE(S) OF REVIEW PROVIDERS AS DEFINED BY THE GBP

- (i) Consultant Review: An issuer can seek advice from consultants and/or institutions with recognized expertise in environmental sustainability or other aspects of the issuance of a Green Bond/Loan, such as the establishment/review of an issuer's Green Bond/Loan framework. "Second opinions" may fall into this category.
- (ii) Verification: An issuer can have its Green Bond/Loan, associated Green Bond/Loan framework, or underlying assets independently verified by qualified parties, such as auditors. In contrast to certification, verification may focus on alignment with internal standards or claims made by the issuer. Evaluation of the environmentally sustainable features of underlying assets may be termed

verification and may reference external criteria.

- (iii) Certification: An issuer can have its Green Bond/Loan or associated Green Bond/Loan framework or Use of Proceeds certified against an external green assessment standard. An assessment standard defines criteria, and alignment with such criteria is tested by qualified third parties / certifiers.
- (iv) Rating: An issuer can have its Green Bond/Loan or associated Green Bond/Loan framework rated by qualified third parties, such as specialized research providers or rating agencies. Green Bond/Loan ratings are separate from an issuer's ESG rating as they typically apply to individual securities or Green Bond/Loan frameworks / programs